



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS**  
**INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

**RELATÓRIO DE EXAME TÉCNICO**

**N.º do Pedido:** BR102016015075-2      **N.º de Depósito PCT:**  
**Data de Depósito:** 27/06/2016  
**Prioridade Unionista:** -  
**Depositante:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (BRMG) , MYLEUS ANÁLISES GENÉTICAS S.A (BRMG) , MYLEUS PESQUISA E DESENVOLVIMENTO LTDA. (BRMG) , FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FAPEMIG (BRMG)  
**Inventor:** LIVIA LOIOLA DOS SANTOS, EDUARDO BASTIANETTO, DENISE APARECIDA ANDRADE DE OLIVEIRA, RÔMULO CERQUEIRA LEITE, MARCELA GONÇALVES DRUMMOND, BRUNO DOS SANTOS ALVES FIGUEIREDO BRASIL  
**Título:** “Iniciadores, método e kit para identificação molecular de estrongilídeos gastrointestinais de ruminantes ”

**PARECER**

O presente pedido pleiteia métodos para identificação de nematódeos estrongilídeos.

O INPI emitiu parecer de Exigência Pré-Exame (despacho 6.22) - cujos documentos citados foram obtidos por ferramenta automática que emprega algoritmo de levantamento do estado da técnica, disponibilizado pelo CAS - através da RPI nº 2629 de 25/05/2021. A depositante apresentou resposta à exigência de pré-exame através da petição nº 870210076462 de 19/08/2021, apresentando esclarecimentos e alegando que as referências apresentadas no parecer 6.22 não prejudicam os critérios de novidade e atividade inventiva do presente pedido. A requerente apresentou um novo quadro reivindicatório corrigindo as relações de dependência e retirando o termo “preferencialmente” das reivindicações. Em parecer técnico inicial, publicado na RPI nº 2735 de 06/06/2023, foi emitido um parecer de exigência técnica (6.1), com base nos arts. 8º, 10 (IX), 13 e 25 da LPI. Em resposta, através da petição nº 870230074646 de 23/08/2023, a requerente apresentou esclarecimentos e propôs novas páginas do quadro reivindicatório e nova Listagem de Sequências.

Considerando a matéria ora pleiteada, o parecer técnico anterior e a manifestação apresentada, são realizadas as seguintes observações:

<b>Quadro referente à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN e Sequências Biológicas</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
O pedido foi encaminhado à ANVISA (art. 229-C da LPI, incluído pela Lei 10.196/2001)		X

A exigência ref. ao acesso ao patrimônio genético nacional foi emitida (Resol. INPI PR n.º 69/2013)		X
O pedido refere-se a Sequências Biológicas	X	

**Comentários/Justificativas**

-

<b>Quadro 1 – Páginas do pedido examinadas</b>			
Elemento	Páginas	n.º da Petição	Data
Relatório Descritivo	1 a 27	870160031616	27/06/2016
Listagem de sequências*	Código de Controle	870230074646	23/08/2023
Quadro Reivindicatório	1 a 3	870230074646	23/08/2023
Desenhos	1 a 6	870160031616	27/06/2016
Resumo	1	870160031616	27/06/2016

*\*Listagem de sequências em formato eletrônico referente ao código de controle D8B1093901A7A538 (Campo 1) e 7491AC1F804A80F0 (Campo 2).*

- No parecer técnico inicial, de 06/06/2023, foi notificado que a Listagem de Sequências submetida na petição n.º 870160031616 de 27/06/2016 apresentava irregularidades nos campos <140>, <141>, <150> e <151>. Em resposta, na petição n.º 870230074646 de 23/08/2023, a requerente propôs uma nova Listagem de Sequências.

Entretanto, verifica-se que nessa nova Listagem, a data de depósito do pedido em trâmite permanece incorreta no campo <141>, permanecendo em desacordo com as disposições da Resol. INPI/PR n.º 187 de 27/04/2017. Ademais, detectou-se que a nova listagem foi apresentada no formato ST.26, o que também incide nas disposições da Resol. INPI/PR n.º 187 de 27/04/2017 e na Portaria INPI PR n.º 48, de 20/06/2022. A requerente deve retificar as irregularidades, reapresentando uma nova Listagem de Sequência de acordo com a Resol. INPI/PR n.º 187 de 27/04/2017 e a Portaria INPI PR n.º 48, de 20/06/2022.

<b>Quadro 2 – Considerações referentes aos Artigos 10, 18, 22 e 32 da Lei n.º 9.279 de 14 de maio de 1996 – LPI</b>		
Artigos da LPI	Sim	Não
A matéria enquadra-se no art. 10 da LPI (não se considera invenção)		X
A matéria enquadra-se no art. 18 da LPI (não é patenteável)		X
O pedido apresenta Unidade de Invenção (art. 22 da LPI)	X	
O pedido está de acordo com disposto no art. 32 da LPI	X	

**Comentários/Justificativas**

- As modificações ora propostas superaram os óbices anteriormente apontados.

<b>Quadro 3 – Considerações referentes aos Artigos 24 e 25 da LPI</b>		
Artigos da LPI	Sim	Não

O relatório descritivo está de acordo com disposto no art. 24 da LPI	<b>X</b>	
O quadro reivindicatório está de acordo com disposto no art. 25 da LPI	<b>X</b>	

**Comentários/Justificativas**

- As modificações ora propostas superaram os óbices anteriormente apontados.

<b>Quadro 4 – Documentos citados no parecer</b>		
<b>Código</b>	<b>Documento</b>	<b>Data de publicação</b>
D1	Bott, N. J. et al: "A combined microscopic-molecular method for the diagnosis of strongylid infections in sheep." <b>Int. J. Parasitol.</b> 39:1277–1287, 2009.	2009

<b>Quadro 5 – Análise dos Requisitos de Patenteabilidade (Arts. 8.º, 11, 13 e 15 da LPI)</b>		
<b>Requisito de Patenteabilidade</b>	<b>Cumprimento</b>	<b>Reivindicações</b>
<b>Aplicação Industrial</b>	Sim	1 a 7
	Não	-
<b>Novidade</b>	Sim	1 a 7
	Não	-
<b>Atividade Inventiva</b>	Sim	1 a 7
	Não	-

**Comentários/Justificativas**

As modificações ora propostas superaram os óbices anteriormente apontado.

**Conclusão**

Considerando o acima exposto, para que o pedido esteja em condições de obter a patente requerida, é necessário que sejam retificadas as irregularidades detectadas na Listagem de Sequências apresentada na petição nº 870230074646 de 23/08/2023, conforme indicada nas observações do Quadro 1.

Cabe ainda ressaltar que as modificações propostas não devem exceder à matéria inicialmente revelada no pedido e devem estar de acordo com a orientação estabelecida na Resolução 93/13 para aplicação do disposto no art. 32 da LPI nos exames técnicos.

O depositante deve responder a(s) exigência(s) formulada(s) neste parecer em até 90 (noventa) dias, a partir da data de publicação na RPI, de acordo com o Art. 36 da LPI.

Publique(m)-se a(s) exigência(s) técnica(s) (6.1).

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2023.

---

Marcia Tie Kawamura  
Pesquisador/ Mat. Nº 1358397  
DIRPA / CGPAT II/DIALP  
Deleg. Comp. - Port. INPI/DIRPA Nº 002/11